

# IMPUGNAÇÃO

**Credenciamento nº 001/2026, Edital nº 001/2026**  
**Município de Presidente Olegário, MG**

**À Agente de Contratação e Equipe de Apoio**  
**Município de Presidente Olegário, MG**

Viva Mais Clínica de Saúde Ltda., inscrita no CNPJ nº 55.317.379/0001-18, com sede na Rua Santa Rita, nº 165, Centro, Presidente Olegário/MG, neste ato representada por **JULIAN GONÇALVES QUITILIANO**, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF nº **099.135.496-63**, vem, respeitosamente, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA** acerca do Edital nº 001/2026, Credenciamento nº 001/2026, pelos motivos e questionamentos a seguir.

## 1. Contextualização

A Impugnante atua no Município de Presidente Olegário/MG prestando serviços na área de saúde, e foi regularmente habilitada no credenciamento anterior de laboratórios de análises clínicas para atendimento às necessidades do município, regido pelo **Edital de Credenciamento nº 006/2024**, prestando os serviços regularmente durante o ano de 2025.

Já neste ano, foi publicado o **Edital nº 001/2026, Credenciamento nº 001/2026**, datado de 08/01/2026.

O novo edital, contudo, fixou: (i) inserção de documentos somente **a partir de 20/01/2026** via plataforma LICITANET, e (ii) realização da Sessão Pública Inaugural em 21/01/2026 às 9h30, também via plataforma LICITANET.

Além do curto intervalo de tempo entre a data de publicação do edital e a data de inserção de documentos na plataforma, e, entre esta e a realização da Sessão Inaugural, o Edital 001/2026 ampliou significativamente o rol de exigências documentais, incluindo requisitos de qualificação econômico-financeira e técnica **não exigidos** no edital anterior, onerando de modo relevante os potenciais credenciandos e comprimindo, na prática, a competitividade, sobretudo para quem precisa reunir documentação contábil de dois exercícios e evidências de programas de proficiência e qualidade, e demais documentos e exigência para habilitação.

## 2. Da Legitimidade

O próprio Edital nº 001/2026, Credenciamento nº 001/2026, em sua Cláusula 7.1, prevê que **qualquer pessoa poderá impugnar** o instrumento, inclusive por via eletrônica (através da plataforma LICITANET) ou e-mail institucional.

Portanto, é inequívoca a legitimidade e a adequação da via eleita, devendo a Administração apreciar o mérito e, se for o caso, corrigir o edital, preservando os atos não atingidos, como também prevê o edital.

### 3. Do Direito

O credenciamento é mecanismo admitido na Lei 14.133/2021, porém permanece sujeito aos princípios constitucionais e administrativos, especialmente isonomia, impessoalidade, motivação, razoabilidade e obtenção de proposta mais vantajosa em sentido amplo, o que inclui assegurar **ampla participação** e evitar requisitos ou cronogramas que, na prática, funcionem como barreiras artificiais.

No caso, o próprio Edital nº 001/2026, em seu Anexo I, Cláusula 3.1, registra que o Município de Presidente Olegário realizará o credenciamento com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o qual prevê o credenciamento para hipóteses de contratação paralela e não excludente, nas quais seja viável e vantajosa à Administração a celebração de contratações simultâneas, em condições padronizadas. Justamente por esse caráter não excludente, o instrumento exige, com ainda mais rigor, regras claras, proporcionais e prazos razoáveis, aptos a permitir que todo potencial interessado reúna a documentação e participe em igualdade de condições.

#### 3.1. Prazo exíguo, aliado à complexidade documental, pode restringir a competitividade

Conforme exposto acima, o Edital nº 001/2026, Credenciamento nº 001/2026 foi publicado em 08/01/2026 e determina a inserção dos documentos para credenciamento, via plataforma LICITANET, já na data de 20/01/2026, com Sessão Pública Inaugural no dia seguinte, 21/01/2026, ou seja, 12 dias corridos (**ou 7 dias úteis**) entre a publicação e a data para envio dos documentos.

Na prática, isso cria um cronograma que comprime a janela útil para participação na sessão inaugural e para organização documental, sobretudo porque o presente edital também elevou o nível de exigências, quando comparado ao Edital anterior, qual seja, o **Edital de Credenciamento nº 006/2024**.

O Tribunal de Contas da União possui orientações consolidadas no sentido de que **prazos exíguos** podem restringir o universo de participantes, inclusive com efeito de limitação geográfica e privilégio de quem já estava preparado, o que se aproxima da noção de direcionamento por efeito prático. Nesse sentido, vejamos o ACÓRDÃO 436/2020 - PLENÁRIO:

MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, CORRETORES GERAIS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos dos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e, por conseguinte, declarar prejudicado o pedido de medida cautelar formulado pelo denunciante;

9.2 nos termos do art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, dar ciência à Gerência de Filial Logística da Caixa Econômica Federal em Brasília das seguintes orientações, em virtude das impropriedades identificadas no Credenciamento 2660/2019, com vistas a prevenir reincidências:

9.2.1 a divulgação antecipada, junto às empresas já credenciadas em procedimento anterior, de informações referentes a novo processo de credenciamento antes da publicação do respectivo edital colide com o princípio da isonomia e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Decisão 104/1995-TCU-Plenário e outras deliberações);

9.2.2 não se coaduna com os princípios regentes dos procedimentos licitatórios e assemelhados, bem como das seleções públicas em geral, a redução de prazos sob a motivação de reduzir o número de participantes;

9.2.3 na elaboração dos avisos de credenciamento, a escolha do prazo entre a publicação do edital e a entrega dos documentos, dentro da margem discricionária prevista no item 3.2.1.1 do Manual Normativo AD244 da Caixa Econômica Federal, deve guiar-se pelo interesse público e pelo princípio da razoabilidade, considerando as peculiaridades do objeto, a urgência da contratação, a extensão da documentação a ser apresentada e, ainda, a necessidade de atrair um número de interessados que represente o universo do mercado;

9.3 dar ciência deste Acórdão à Caixa Econômica Federal, à respectiva Gerência de Filial Logística em Brasília e ao denunciante, informando-lhes que o conteúdo integral da presente deliberação pode ser obtido no endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos).

Extraí-se, assim, do referido acórdão do TCU, que o prazo de 5 (cinco) dias úteis foi considerado exíguo. No presente caso, entretanto, o intervalo entre a publicação do edital e a data-limite para o envio da documentação é de 7 (sete) dias úteis, ou seja, apenas 2 (dois) dias úteis a mais do que no caso paradigma. Tal circunstância evidencia que o prazo igualmente se mostra reduzido, impondo a adoção de cautela e a fixação de prazo razoável, sobretudo considerando que o edital atual impõe exigências adicionais que não constavam no edital de 2024, inclusive a previsão de percentual de serviços terceirizados, requisito inexistente no certame anterior.

Além disso, conforme entendimento do TCU, no Acórdão 436/2020-Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão de 04/03/2020 (Processo TC 000.064/2020-3), já citado acima:

**“[...] o prazo escolhido - dentro da margem de discricionariedade conferida pela norma - deve atender ao princípio da razoabilidade, considerando-se as peculiaridades do objeto, a urgência da contratação, a extensão da documentação a ser apresentada e, ainda, a necessidade de atrair um número de interessados que represente o universo do mercado”** (grifo nosso)

Ademais, cumpre salientar que a empresa Viva Mais, assim como a outra clínica credenciada, permanece regularmente prestando os serviços, com contrato vigente, não havendo qualquer interrupção na continuidade da prestação. Dessa forma, inexistente situação emergencial ou justificativa plausível que ampare a fixação de prazo tão exíguo para o credenciamento.

De fato, comparando-se o **Edital nº 001/2026, Credenciamento nº 001/2026** e o **Edital de Credenciamento nº 006/2024**, percebe-se um incremento da documentação exigida, vejamos:

#### **1. Cronograma e janela de participação:**

- a) Edital 006/2024, recebimento de documentação com dinâmica mais ampla e continuada durante a vigência, permitindo organização documental sem compressão extrema.
- b) Edital 001/2026, fixação de marcos imediatos entre publicação, inserção de documentos e sessão inaugural, reduzindo a janela útil e ampliando o risco de limitação de participantes, bem assim, de análise detalhada das exigências do edital.

#### **2. Qualificação econômico-financeira:**

- a) Edital 006/2024, exigências mais simples, centradas em certidões usuais.
- b) Edital 001/2026, inclusão de balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios, índices de liquidez e solvência, e previsão de capital mínimo em determinadas hipóteses, elevando o grau de complexidade e tempo de obtenção.

#### **3. Qualificação técnica e controles de qualidade:**

- a) Edital 006/2024, exigências técnicas tradicionais do setor, como responsável técnico, CNES, alvará sanitário, atestados e declarações operacionais.
- b) Edital 001/2026, inclusão de comprovações adicionais de proficiência,

listas e condições de terceirização, e requisitos vinculados a programas e certificações, exigindo maior tempo de organização e obtenção.

Assim, em termos práticos, a compressão do prazo, somada ao aumento relevante das exigências, limita a capacidade de participação de potenciais credenciados e concentra a vantagem em quem já possui a documentação organizada sob o novo padrão, o que exige correção por prudência administrativa, para evitar riscos de restrição indevida do universo de participantes.

#### **4. Pedido**

Diante do exposto, requer-se:

- a) O recebimento e conhecimento desta impugnação, com decisão motivada e comunicação pelos canais oficiais e pela própria plataforma LICITANET.
- b) Medida imediata de prudência administrativa para suspender ou adiar a Sessão Pública Inaugural, evitando consolidação de situação restritiva antes da análise do mérito.
- c) No mérito, o acolhimento da impugnação para:
  - a. Retificar o cronograma do Edital 001/2026, com republicação ou retificação, e reabertura de prazo mínimo de 30 dias corridos entre a nova publicação e a data limite para entrega e inserção da documentação, ou, conforme o formato do certame, entre a disponibilização efetiva do edital retificado e a sessão inaugural.
  - b. Determinar que a Administração explicita motivação técnica e proporcionalidade para os novos requisitos, especialmente os econômico-financeiros e os ligados a programas de proficiência e qualidade, bem assim, sobre o percentual de 20% no serviço terceirizado, de modo a preservar isonomia e ampla participação.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Presidente Olegário, 15 de janeiro de 2026.

**VIVA MAIS CLÍNICA DE SAÚDE LTDA**  
**CNPJ Nº 55.317.979/0001-18**  
**JULIAN GONÇALVES QUITILIANO**